



**O MUNDO**: *folha da tarde* – vespertino lisboeta publicado durante o mês de Julho de 1882 (entre os dias 1 e 24), ao longo de 23 números, era propriedade da **Empresa Literária Luso-Brasileira**<sup>1</sup>, de **A. de Sousa Pinto** (administrador deste jornal)<sup>2</sup>, e estava localizado na Rua dos Correeiros (também referida como Travessa da Palha), n.º 123, 2.º (a redação), e n.º 140, 1.º (a administração, nos escritórios da Empresa Literária). Era impresso na tipografia da mesma Empresa, no Pátio do Aljube, n.º 5.

Vendia-se este jornal nos quiosques do Rossio e do Terreiro do Paço, nas tabacarias Mónaco (Rossio), Azevedo (Largo de Camões), Wittoyne, Mendes (ambas na Rua do Ouro) e Almeida (Rua da Escola Politécnica), e na ponte dos vapores no Cais do Sodré, ao preço unitário de 10 réis (passado o dia, custaria o dobro). A assinatura trimestral em Lisboa custava 500 réis, na província, por semestre, montava a 2\$250 (paga adiantada), e no Brasil uma assinatura anual custava 12\$000 (pagos em «moeda forte»).

Ao longo da sua breve vida, manteve *O Mundo* o mesmo esquema físico e gráfico: quatro páginas por número, a cinco colunas cada, reservando-se a última página em exclusivo para publicidade. Da mesma forma, a estrutura editorial de conteúdos, distribuída em rúbricas fixas, permaneceu do primeiro ao último número:

— “Tribuna”, editorial de abertura em cada exemplar, dedicada a textos doutrinários de amplo fôlego, assinada pelos redatores “**Hamlet**” (pseudónimo de **Acácio de Paiva**, 1863-1944)<sup>3</sup>, “**Graco**”, “**Lucrecio**”, **José Caldas**<sup>4</sup> (1842-1932) e **Alberto Teles** d’Utra Machado (1840-1924);

---

<sup>1</sup> Por esta altura, a Empresa Literária Luso-Brasileira, além de *O Mundo*, era proprietária dos títulos *O António Maria* (1879-1898), *Álbum das Glórias* (1880-1902), *Á Volta do Mundo: jornal de viagens e de assuntos geográficos* (1880-1883), *O Globo Ilustrado: jornal para todos* (1882-1884) e *O Raio: folha ilustrada* (1882-1884). Viria ainda a publicar *A Ilustração Universal* (1884-1885).

<sup>2</sup> A. de Sousa Pinto (1843-?), além dos títulos mencionados na nota anterior, de que era proprietário através da Empresa Literária, viria ainda a ser gerente do *Pontos nos ii* (1886).

<sup>3</sup> Acácio de Paiva, que utilizou diversos pseudónimos ao longo da sua carreira, foi jornalista fértil e conceituado, tendo escrito nos jornais *Ilustração Portuguesa*, *A Actualidade*, *O Século* (de que foi diretor literário dos suplementos *Humorístico* e *Ilustrado*, em 1897-1898) e *Diário de Notícias*.

<sup>4</sup> José Ernesto de Sousa Caldas, autor de *História de um fogo-morto* (1903) aceitou, neste mesmo ano de 1882, mas por brevíssimo período, a direção do jornal português *A Actualidade*, que lhe foi confiada por Tomás Ribeiro. Por esta mesma altura, auxiliou o rei D. Luís na tradução de Shakespeare. Membro do Partido Progressista viria a ocupar o cargo de Diretor-Geral dos Cultos após a implantação da República. Teve colaboração variada na imprensa cultural, em títulos como *O Instituto* (Coimbra), *A Revista* (Porto), *Atlântida* (Lisboa), *Lusa* (Viana do Castelo), *A Águia* e *Portucale* (ambas do Porto). Cf., a este respeito, “Lembrando José Caldas”, por Artur Anselmo (*vide infra*, bibliografia).

— “Prisma político”, coluna de temática política em tom mais ligeiro assinada por “Hamlet” e “Lucrecio”;

— “Vida da corte”, por **Heitor Ancel**, crónica de temática variada;

— “Folhetim”<sup>5</sup>;

— “Culto da Arte”, rúbrica de temas artístico-literários por Heitor Ancel;

— “Coluna Rostral”, “Cosmografia noticiosa”, “Notas portuenses” e “Ecos do país”, secções não assinadas onde se concentrava a escassa e breve matéria noticiosa deste jornal.

Ao corpo redatorial acima mencionado, haveria que juntar **Diogo Souto**, «representante da empresa do *Mundo* na sua redação [...], um dos proprietários e um dos redatores»<sup>6</sup> — embora não tenha assinado com nome próprio nenhuma matéria.

Parco de notícias, **era *O Mundo* principalmente órgão de divulgação doutrinária**, vertida pelos seus redatores nos editoriais da “Tribuna”, **em prol de uma Monarquia “progressista” ou “evolucionista”**, focada nas questões sociais. Ou, como queriam os autores, **uma “Monarquia humanitária”**. O editorial de apresentação, “A Nossa Bandeira”, assinado pela Redação, indicava ao que vinham:

«A Imprensa revolucionária, em toda a Europa, é o supremo ludíbrio da ideia, deslizando no máximo vandalismo da frase. [...]  
A imprensa assim será a nódoa eterna da civilização.  
É preciso inaugurar uma época nova.  
Emudeçam os despeitos; dominem-se as vaidades; reprimam-se os ódios; sufoquem-se as paixões: sobre as ruínas da política, poluída e torpe, levante-se a bandeira da integridade inconcussa [*sic*], da lealdade austera, do civismo impoluto.  
Queremos aspirações legítimas, proclamadas com brios varonis.  
Queremos convicções profundas, sustentadas com suprema coerência.  
Queremos o pensamento livre, irradiando, em todas as escolas, em estilo digno e em locução nobre.  
Queremos liberdade para todos os cultos, e culto para todas as liberdades.  
Nós somos monárquicos humanitários. Eis a essência da nossa política.  
[...]  
Uma cruz sobre o túmulo de todos os despotismos.  
Nós somos monárquicos e humanitários. Somos pelos pobres e pelos ricos.  
Pelos pobres para os resgatar dos infortúnios da miséria; — pelos ricos para os salvar dos perigos da guerra social.  
Eis hasteada a nossa bandeira.»<sup>7</sup>

A urgência desta bandeira era notória aos olhos dos redatores, na medida em que seria a única solução de continuidade para o regime:

<sup>5</sup> Foram publicados em folhetim: “Como se faz um ministro (fragmento de um romance inédito)”, de Camilo Castelo Branco (n.º 1 e 9), “Rafael” de Lamartine (do n.º 2 ao n.º 8, do n.º 10 ao n.º 15 e do n.º 17 ao n.º 22) e “O Rei diverte-se”, de Victor Hugo (n.º 16).

<sup>6</sup> N.º 1, p. 2.

<sup>7</sup> “Tribuna: A Nossa Bandeira”, n.º 1. P. 1.

«[...] a realeza será em breve um mito histórico e transformar-se-á fatalmente em república burguesa ou despotismo militar, se a monarquia, compenetrada da dignidade moral do seu dever, não tomar, imediatamente, a iniciativa das reformas sociais.»<sup>8</sup>

«[...] falta emancipar o trabalho e remir a miséria.»<sup>9</sup>

Ainda que demonstrando estima pela doutrina socialista<sup>10</sup>, **os redatores afastavam-se do radicalismo sindicalista**, como foco de facciosismos<sup>11</sup>, **e dos antagonismos internos que minavam o campo republicano e os mentores da *Ideia Nova***<sup>12</sup>. Mas não deixavam de focar claramente a questão social:

«Ao direito de propriedade corresponde o direito ao trabalho.  
Garantir a propriedade é bem; assegurar o trabalho, é melhor.»<sup>13</sup>

A «Monarquia Social»<sup>14</sup> preconizada neste jornal não poderia deixar de se focar nos elementos centrais da questão em apreço: **o trabalho de duração limitada, o salário, a redistribuição da riqueza.**

«[...] Sendo o salário a remuneração do trabalho — como o juro é a remuneração do capital e a renda a da terra — como do trabalho vive o homem e se reproduz a família, — a sua teoria é de fácil enunciação. [...]

Limitada a duração do trabalho, com a mesma lógica somos levados à determinação do mínimo do salário, princípio que por maiores que sejam as suas dificuldades práticas nem por isso deixou de ser um critério neste assunto. [...]

Tal é o simples tema do salário:

1º que ele corresponda a um trabalho executado durante um período diário, diferente para os diversos misteres, sem dúvida, em que o esforço não prejudique a atividade anímica e física do homem;

2º que satisfaça as necessidades primordiais da vida do indivíduo e da família, sem o que a espécie humana decresceria rapidamente;

3º que contenha um elemento disponível para transformar o proletário em um pequeno proprietário, garantindo-se das vicissitudes da vida.»<sup>15</sup>

A **redistribuição da riqueza**, forma de debelar o “pauperismo”, deveria ser feita primordialmente por via de um imposto progressivo.<sup>16</sup> A **vida comunitária** carecia da regulação estatal, num justo equilíbrio entre a liberdade individual e o bem comum:

«Imaginar que os governos podem ser simplesmente os varredores do circo e os guardas de segurança do anfiteatro em que os povos hão-de travar as lutas heroicas do progresso e da civilização, é desconhecer a natureza humana nas suas relações sociais e políticas.

<sup>8</sup> “Tribuna: A Monarquia e a Reforma”, por “Hamlet”, n.º 2, p. 1.

<sup>9</sup> “Tribuna: Reforma”, por “Hamlet”, n.º 3, p. 1.

<sup>10</sup> “A Tribuna: O Nosso Socialismo”, por “Graco”, n.º 4, p. 1, e n.º 8, p. 1.

<sup>11</sup> “Prisma político”, por “Hamlet”, n.º 1, pp. 1-2.

<sup>12</sup> “Prisma político”, por “Hamlet”, n.º 2, p. 1.

<sup>13</sup> “Prisma político”, por “Lucrécio”, n.º 4, p. 1.

<sup>14</sup> Vide “A Tribuna: Monarquia Social”, por “Hamlet”, n.º 7, p. 1, e por “Lucrécio”, n.º 9, p. 1.

<sup>15</sup> “Tribuna: O Salário”, por “Graco”, n.º 11, pp. 1-2.

<sup>16</sup> Vide “A Tribuna: O Pauperismo”, por “Hamlet”, n.º 15, p. 1.

Nós não queremos o governo tutor do indivíduo; mas não queremos o indivíduo tutor da comunidade.

Não queremos o governo administrador da fortuna, do capital e do trabalho de cada cidadão; mas não podemos aceitar que cada cidadão se arvore em árbitro do destino de todos; e possa fazer valer o seu modo de ver em qualquer assunto como aquele que mais concorra para o engrandecimento comum. [...]»<sup>17</sup>

Após um dia de interregno na publicação<sup>18</sup>, **O Mundo saiu a público pela última vez a 24 de Julho de 1882**. Neste número em que se clamava em editorial por uma reforma da lei de imprensa<sup>19</sup>, o fim vinha anunciado mas não explicado. Em jeito de despedida, ficou o testamento e o epitáfio:

«O FIM DO MUNDO

O “Mundo” exala, neste momento, o último suspiro.

As disposições da hora solene são as seguintes:

Lego aos assinantes, como brinde de gratidão, todos os números que receberam até hoje.

E deixo à redação o conselho, muito filosófico, de se não meter, jamais, em brincadeiras jornalísticas.

Codicilo:

Ao lado do meu túmulo quero os motejos dos inimigos, os sorrisos dos adversários, e as exclamações doloridas dos amigos diletos.

Sobre a campa desejo o seguinte epitáfio:

AQUI JAZ UM VISIONÁRIO.

Nada mais.

Atentas estas disposições, os assinantes que tiverem pago o jornal, dignem-se reclamar essa importância na administração.

Também: nada mais.»<sup>20</sup>

Por Pedro Teixeira Mesquita

Lisboa, HML, 2 de Maio de 2013.

---

<sup>17</sup> “Tribuna”, por Lucrécio, n.º 12, p. 1.

<sup>18</sup> O n.º 22 de *O Mundo* saiu no Sábado, 22 de Julho, e o n.º 23 na 2ª feira, 24 desse mês.

<sup>19</sup> “Tribuna: Lei da Imprensa”, por Hamlet, n.º 23, p. 1.

<sup>20</sup> N.º 23, pp. 1-2.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE, Adriano da Guerra – *Dicionário de pseudónimos e iniciais de escritores portugueses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999. (Estudos).

ANSELMO, Artur, “Lembrando José Caldas”, palestra feita por ocasião do lançamento da edição fac-similada da *História de um fogo-morto* (19 de Janeiro de 1991) [Em linha] [Cons. 2 Maio 2013] Disponível na WWW: <URL <http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20080729165648.pdf>>.

*Dicionário cronológico de autores portugueses*. org. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, coord. Eugénio Lisboa. Vol. II. Mem Martins: Publicações Europa-América, [1990].

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica, Lda., 1978.

*Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. coord. e org. Gina Guedes Rafael e Manuela Santos. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998-2002. (Bibliografias).